



Câmara Municipal de Santo André/PB
APROVADO POR MAIORIA
Na sessão de 13 de JUNHO 2025
Luanda Teles de Sá
PRESIDENTE
[Assinatura]
SECRETÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
“Casa João Olinto de Queiroz”
GABINETE DO VEREADOR ZENALDO FERNANDES MARINHO

PROJETO DE LEI Nº 024 /2025

**ALTERA OS INCISOS I E II DO
ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº.
485/2021 E ADOTA OUTRAS
PROVIDENCIAS.**

Art. 1º - Fica alterados os incisos I e II, do art. 2º, da Lei Municipal Nº. 485/2021, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Inciso I – Os que tenham contra si julgada procedente representação formulada perante a justiça Eleitoral, em decisão transitada e julgada ou proferida por órgão colegiado, após esgotado os recursos em todas as instâncias em processo de apuração de abuso e poder econômico ou político desde a decisão até o transcurso de prazo de 8 (oito) anos.

Inciso II – Os condenados em decisão transitada e julgada ou proferida por órgão judicial ou colegiado após esgotados os recursos em todas as instâncias desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

Plenário da Câmara Municipal de Santo André, PB, em 23 de maio do ano de 2025.

Zenaldo Fernandes Marinho
ZENALDO FERNANDES MARINHO
Vereador PP

Câmara Municipal de Santo André/PB

RECEBIDO

EM 23/05/25

[Assinatura]

**RUA HUMBERTO MATIAS DE MEDEIROS, 150, CENTRO, SANTO ANDRÉ-PB,
58675000.**

TELEFONE: (83) 3308 1002

E-MAIL: plsantoandre.pb@gmail.com



Câmara Municipal de Santo André/PB
APROVADO POR MAIORIA
Na sessão de 13 de JUNHO 2025
Leandro Teófilo da Silva
PRESIDENTE
[Assinatura]
SECRETÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
"Casa João Olinto de Queiroz"
GABINETE DO VEREADOR ZENALDO FERNANDES MARINHO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa adequar a Lei Municipal nº. 485/2021, garantindo a ampla defesa, o princípio do contraditório e a presunção de inocência.

A **PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA** é um princípio fundamental do direito que estabelece que toda pessoa é considerada inocente até que a sua culpa seja comprovada em um processo judicial. Isso significa que, enquanto não houver uma sentença condenatória transitada em julgado (ou seja, de que já não cabe recurso), a pessoa não pode ser tratada como culpada.

Zenaldo Fernandes Marinho
ZENALDO FERNANDES MARINHO
Vereador PP



Câmara Municipal de Santo André/PB
RECEBIDO
EM 23/05/25
[Assinatura]

RUA HUMBERTO MATIAS DE MEDEIROS, 150, CENTRO, SANTO ANDRÉ-PB,
58675000.
TELEFONE: (83) 3308 1002
E-MAIL: plsantoandre.pb@gmail.com